

Para onde vão os “vices”? Análise dos padrões de carreira político-eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras

NILTON GARCIA SAINZ¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²;

*¹Universidade Federal de Pelotas/Bolsista de mestrado FAPERGS/CAPES –
niltonsainz@ig.com.br*

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Em geral, o cargo de “vice” no Brasil, mesmo assumindo o protagonismo ao longo de nossa história, nunca foi o foco de investigações da Ciência Política ou de áreas relacionadas. No entanto, sabemos que um vice pode atribuir outros valores na hora de formar uma chapa ou um governo. O cargo pode contribuir para agregar forças, formando uma coligação que garanta maiores recursos para a campanha e uma mistura de características políticas em relação ao prefeito. O cargo possui algumas singularidades, como, o fato de ser o único cargo do executivo que pode ser acumulado com outra atividade pública não remunerada (ao mesmo tempo que cumpre o mandato de vice-prefeito, pode ser nomeado secretário municipal) e tem a possibilidade de concorrer a outro cargo eletivo, preservando o mandato (TSE, 2016)³.

Essa pesquisa vai de encontro com questões ainda em abertas na Ciência Política brasileira, que são os estudos sobre carreiras políticas no executivo e mais especificamente sobre aqueles que optam pelo cargo de Vice-Prefeito das capitais estaduais. Portanto, o estudo tem como objetivo investigar as carreiras político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais brasileiras eleitos entre 1985 até 1996, e responder a seguinte pergunta: qual o padrão de carreira político-eleitoral dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras?

Fazendo uma breve revisão de literatura, destacamos a obra de Schlesinger (1966), que parte da premissa que a escolha do político vai de encontro com a estrutura de oportunidades que o sistema político oferece para ele, como por exemplo: o número de oportunidades de se lançar candidato, número de candidatos para o cargo, chance de ser eleito, duração de mandato e outros. Samuels (2003), investiga a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro a partir das esferas da federação (municipal, estadual e federal). O autor parte de uma análise em que é considerado crescimento na carreira conforme o nível federativo (como por exemplo passar da esfera municipal para estadual ou federal). Samuels (2003) indica que existe a preferência dos políticos brasileiros pelos cargos do Executivo (em qualquer esfera). Assim, os cargos do legislativo, por mais que em esferas superiores não necessariamente significam ter uma importância maior na estrutura do sistema político brasileiro, por vezes descer de âmbito pode proporcionar maiores benefícios aos políticos (ARAÚJO, 2012). Borchert (2009) identifica a existência de um ambiente integrado de oportunidades, segundo o autor, é difícil encontrar um sentido de direcionamento nas carreiras políticas no Brasil, pois o sistema (multinível) possibilita uma livre movimentação entre as esferas de governo e os tipos de instituições. Dessa forma, o autor aponta para a não existência de uma hierarquia unidirecional na estrutura de oportunidades (BORCHERT, 2009, 2011).

³ As possibilidades e impossibilidades de disputar outro cargo eletivo estão apontadas no Código Eleitoral Brasileiro. Resumidamente: o que impossibilitaria o vice de pleitear outro cargo eletivo é o fato de ter assumido o cargo de prefeito seis meses antes da eleição.

A hipótese parte do princípio de que a estrutura de oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro resulta em um padrão de comportamento político dos vice-prefeitos que os levam a candidatar-se ao legislativo na primeira oportunidade. Além de um número maior de oportunidades (todo ano eleitoral estão disponíveis cargos para o legislativo), o sistema político proporciona aos vice-prefeitos baixos custos e riscos quando lançam uma candidatura para o legislativo.

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é realizada através dos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de cada estado. Vale ressaltar que, no caso de não existir a informação nos sites oficiais da Justiça Eleitoral, outros portais da internet ajudarão a completar as lacunas. Após mapear as chapas e os vices, é realizada a coleta para traçar as trajetórias político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais. Com essas informações, será possível responder qual o padrão do comportamento político-eleitoral dos vices e ambição política que existe para aqueles que ocuparam ou ocupam o posto de vice-Prefeito de capital.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesse artigo são referentes às carreiras político-eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras eleitos em 1985, momento que são retomadas as eleições diretas nas capitais após 21 anos de ditadura civil-militar. O estudo percorreu a trajetória político-eleitoral de 25 indivíduos⁴ a partir de 1985 e até 2018, somando um total de 18 oportunidades de concorrer a cargos eletivos.

Das 25 trajetórias analisadas, 11 delas foram interrompidas por conta da morte dos indivíduos, não totalizando as 18 eleições que estão prestes a completar esse ano. No entanto, não considerando o ano em que vieram a falecer, elas somam 100 oportunidades de concorrer a um posto. Já as 14 análises completas proporcionaram um total de 252 oportunidades de se lançar candidato. Juntas, as trajetórias interrompidas e as completas somam um total de 352 oportunidades de concorrer.

No Quadro 1, analisaremos a primeira oportunidade que os vice-prefeitos tiveram de concorrer a outro cargo. Considerando que todos os 25 vice-prefeitos puderam concorrer, 11 deles lançaram candidatura e se dispuseram a largar o posto de vice-Prefeito.

Quadro 1: Movimento dos vice-prefeitos eleitos em 1985 nas eleições gerais de 1986

Movimento	%	N	Eleitos
Vice-Governador	4,0	1	0
Senador	4,0	1	0
1º Suplente de Senador	4,0	1	0
Deputado Federal	20,0	5	4
Deputado Estadual	12,0	3	3
Não concorreu	56,0	14	-
Total	100	25	7

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

⁴ O estado de Tocantins foi criado em 1988, logo a situação de Palmas não entra nessa análise.

Como é possível ver no Quadro 1, a maioria dos vice-prefeitos escolheu permanecer no cargo na primeira oportunidade eleitoral que surgiu, mesmo com uma estrutura de oportunidades favorável a tentar outro cargo eletivo. Nota-se que, dos 11 vice-prefeitos que buscaram outro cargo eletivo, apenas um cobiçou um cargo do Poder Executivo, o que configuraria uma ascensão de posição, porém, não obtendo sucesso. Os demais vice-prefeitos buscaram cargos nos legislativos. Não podemos apontar que tiveram um crescimento na carreira ou uma queda, mas é possível notar que 70% obteve resultados positivos, quando migraram para os cargos intermediários dos legislativos.

No Quadro 2, veremos a escolha dos vice-prefeitos que foram eleitos em 1985 diante do fim dos mandatos de vice (1988) e da oportunidade de buscar uma ascensão até o Poder Executivo municipal. Nessa análise consideraremos 23 vice-prefeitos, pois 2 deles acabaram falecendo.

Quadro 2: Movimento dos vice-prefeitos eleitos em 1985 nas eleições municipais de 1988

Movimento	%	N	Eleitos
Prefeito de Capital	22,0	5	0
Vereador	4,0	1	0
Não concorreu	74,0	17	-
Total	100	23	0

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

O primeiro ponto que podemos destacar é o número considerável de vices que resolveram não concorrer em 1988. Destes 17 indivíduos, 4 foram eleitos em 1986 a outro cargo eletivo e preferiram não disputar o pleito seguinte. Outro dado interessante é o número de vice-prefeitos que encerraram suas trajetórias político-eleitorais no final desse mandato, um total de 10 indivíduos, caracterizando uma ambição discreta. Os que buscaram uma ambição progressiva ao tentar o cargo de Prefeito da capital, não obtiveram sucesso. E apenas um vice-Prefeito buscou descer até o cargo de Vereador, porém sem atingir o objetivo.

O Quadro 3 irá demonstrar para onde foram os vice-prefeitos eleitos em 1985 no decorrer desses anos. Até agora, sabemos que 10 deles após terem encerrado o mandato de vice-prefeito em 1989 não concorreram a outros cargos eletivos. Mas e os demais indivíduos quais movimentos buscaram em suas carreiras políticas após o mandato?

Quadro 3: Número de candidaturas dos vice-prefeitos após o término do mandato por âmbito federativo e cargo desejado (1990-2018)⁵

Federal			Estadual			Municipal		
Movimento	N	Eleitos	Movimento	N	Eleitos	Movimento	N	Eleitos
Senador	6	0	Deputado Estadual	17	7	Vice-Prefeito	2	1
1º Suplente de Senador ³	4	3	-	-	-	Prefeito de cidade pequena	4	3
Deputado Federal	9	3	-	-	-	Vereador	8	1

Fonte: TSE e TREs – Elaboração do autor.

O Quadro 3 traz de forma ampla quais os cargos político-eleitorais os vice-prefeitos eleitos em 1985 mais buscaram após encerrar os seus mandatos em

⁵ Um dos analisados está concorrendo a 1º Suplente de Senador no atual pleito para o senado, o que nesse momento impossibilita a nós sabermos o resultado.

1989. O posto com mais tentativas foi o de Deputado Estadual. O cargo de Deputado Federal retém um número bem menor em relação ao mais desejado, no entanto, próximo ao número de tentativas que guarda o cargo de Vereador, o terceiro mais desejado. O ponto em comum dos três âmbitos é a predominância do interesse por parte desses vice-prefeitos nos cargos dos legislativos e uma baixa ambição por cargos de maior relevância dos executivos.

4. CONCLUSÃO

Apesar do artigo revelar resultados parciais de um projeto de pesquisa, ele insere ao debate acadêmico o cargo de Vice-Prefeito como foco principal de uma investigação. Podemos, através dos resultados divulgados aqui, dizer que o padrão de carreira política dos vice-prefeitos das capitais estaduais tende a migrar para os poderes legislativos. Ainda que seja pequeno o universo apresentado nesse artigo, é possível notar uma preponderância no número de tentativas eleitorais por parte dos indivíduos aos cargos legislativos. Em nenhuma das análises realizadas os cargos do Poder Executivo tiveram maiores intenções por parte dos analisados. Isso nos leva a indicar que: a) os vice-prefeitos, ao calcular os custos de uma candidatura ao Executivo, não demonstram crer em sucesso eleitoral; b) o fato de isso acontecer, demonstra que assumir o cargo de vice-prefeito, por mais que de uma capital estadual do Brasil, não legitima ou concede grandes capitais políticos aos indivíduos; c) o índice de sucesso nas eleições para os vice-prefeitos ocorre mais nos legislativos, o que passa aos indivíduos a crença em ter sucesso quando disputam esses cargos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Simone. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. 36º Encontro Anual da Anpocs. **GT 10 Estudos Legislativos**, São Paulo, 2012.

BORCHERT, Jens. **Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States**. Universidade de Frankfurt, 2009.

BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. **Regional & Federal Studies**, v.21, n.2, p. 117-140, 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. Brasília: TSE, Secretaria de Gestão da Informação, 2016.

SAMUELS, David. Ambition theory and political careers in Brazil. In: SAMUELS, D. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: University Press, 2003.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and politics: Political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally. 1966.